



PARECER PRÉVIO Nº 42/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11323/2018.

Apensos: Processo nº 14378/2017, 11409/2018, 13752/2017 e 10567/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Adail Jose Figueiredo Pinheiro (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Camila Pontes Torres – OAB/AM 12280, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3260/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Coari, referente ao exercício de 2017 (U.G: 240), de responsabilidade do Sr. **Adail Jose Figueiredo Pinheiro**, Prefeito Municipal de Coari e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM,



PARECER PRÉVIO Nº 42/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

- 11- **Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 19 de Julho de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 42/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 42/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11323/2018.

Apensos: Processo nº 14378/2017, 11409/2018, 13752/2017 e 10567/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Adail Jose Figueiredo Pinheiro (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3260/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2017.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.1.1. Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema E-Contas (GEFIS) referente aos bimestres do RREO, em desacordo ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.1.2. Ausência de envio ao TCE do Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital no Relatório Resumido da Execução Orçamentária via GEFIS;

10.1.3. Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de



ACÓRDÃO Nº 42/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 42/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

remessas ao sistema EContas (GEFIS) referente aos quadrimestres do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

10.1.4. Descumprimento do prazo de publicação referente aos quadrimestres do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema E-Contas (GEFIS), em divergência ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC nº 101/00;

10.1.5. Ausência de publicação dos relatórios resumidos da execução orçamentária do exercício, conforme exige o art. 52 da Lei Complementar Federal 101/00;

10.1.6. Descumprimento do prazo de publicação referente aos bimestres de do RREO, conforme sistema E-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;

10.1.7. Descumprimento do limite legal estabelecido art. 20, III, “b”, LRF no 1º quadrimestre do exercício (percentual enviado ao GEFIS);

10.1.8. Divergência encontrada entre a PCA, o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º bimestre;

10.1.9. Ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público (Portal da Transparência encontra-se suspenso), em consulta realizada em 16/03/2018, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto às receitas, despesas, processos licitatórios, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal;

10.2. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do processo, à Câmara Municipal de Coari, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 28 da DICOP e de 29 a 109 da DICAMI, listados na fundamentação do Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº 42/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 42/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho dos autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Coari e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Julho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Presidente, em sessão.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral